

POBRES E RICOS

Cláudio Perani

(Publicado originalmente nos Cadernos do CEAS n.º 48, mar.-abr. 1977, p. 52-60)

Faz tempo algo está mudando na Igreja do Brasil. Constatamos todo um esforço de vastos setores em direção a uma “pastoral popular”, uma pastoral prioritariamente preocupada com as camadas populares. Os setores da sociedade mais oprimidos e marginalizados, operários, biscateiros, camponeses, a grande maioria do povo brasileiro que ocupa o campo e os grandes bairros periféricos das cidades. Entram nesta perspectiva grande parte do trabalho das comunidades eclesiais de base, vários movimentos especializados de lavradores e operários, as Comissões Pastorais da Terra, o Conselho Indigenista Missionário, centros sociais urbanos, etc. Atrás desta orientação há uma **opção evangélica, o desejo de favorecer os “pobres”, de viver no meio deles, de realizar um trabalho que seja efetivamente sinal de libertação para os oprimidos.**

Parece ser possível constatar que esta orientação, que sempre esteve presente na história da Igreja, mas quase sempre minoritária e abafada por uma orientação oficial ou aprisionada por vários equívocos e ilusões, consegue hoje alcançar uma certa amplitude chegando a pôr vários questionamentos. Descobre-se o **paternalismo** da perspectiva antiga que buscava levar o rico a ajudar alguns pobres, deixando estes últimos numa situação de maior dependência e na mesma ou maior pobreza; descobre-se quanto a igreja ficou presa pela mentalidade **individualizante**, sem possibilidade de perceber os problemas estruturais, os problemas sociais gerais. Tais questionamentos não ficam no âmbito de alguns grupos de base isolados, mas chegam a ser postos pela Comissão Representativa da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Na Comunicação de 25 de outubro de 1976 os bispos reconhecem o “duplo tratamento” que a nossa sociedade reserva aos “pobres” e aos “poderosos”; afirmam que a igreja deve seguir o exemplo de Cristo: “sua opção e seus prediletos são os fracos e os oprimidos”; e, por fim, reconhecem o erro da antiga pregação, que aconselhava “paciência e resignação”.

E OS RICOS?

Diante de tudo isto não faltaram e não faltam **várias reações fora e dentro da igreja**, algumas escandalizadas com tal atitude considerada “particularista”. É necessário, no nível, estreito por conjuntura histórica, das lutas ideológicas intra-eclesiais – que, porém, nascem de problemas concretos como “terra”, “salário”, etc. –, tomar consciência destas reações, de suas motivações, de sua consistência. Ficando no âmbito da igreja, pretendemos nestas páginas refletir brevemente sobre uma das acusações feitas à pastoral popular: de um lado, introduz um conflito entre pobres e ricos, excluindo estes últimos, colocando-se assim numa posição não evangélica; do outro lado, suscita o ódio e estimula a violência, contra o preceito evangélico.

Seja nos encontros de pastoral, seja em documentos mais oficiais, diante da opção de uma pastoral que pretende defender os direitos dos pobres, quase sempre levanta-se a pergunta: **e os ricos?** As dificuldades multiplicam-se:

- Cristo não fazia diferença entre rico e pobre, procurava a todos. Esta posição é defendida também pela CNBB do Sul: “Jesus também trata os ricos, recebe-os, visita-os. Prega aos ricos talvez mais do que aos pobres, concitando-os à conversão, à pobreza de coração, à prática da justiça. Jesus comia com os ricos, alertava-os contra os perigos da riqueza. A exemplo de Cristo, a igreja deve contatar os pobres e os ricos. Deve integrar os marginalizados e os grupos de influência em comunidades cristãs” É clara a divergência com o documento da Comissão Representativa.
- Antes de serem ricos ou pobres, camponeses ou operários, os homens são pessoas e, neste nível, devem ser igualmente atingidos pelo anúncio do evangelho.
- Podemos formar duas igrejas, uma de pobres e outra de ricos? Devemos formar comunidades eclesiais também com os ricos.
- Trabalhar com os pobres é mais fácil, por isso a atual orientação; mas não devemos esquecer os ricos, pois, apesar da dificuldade, são eles que vão dirigir a sociedade...
- Favorecendo os pobres e sua conscientização, pode-se desencadear um caminho de violência não mais controlável.
- A igreja, e os religiosos em particular, devem ser elo entre ricos e pobres, procurando

sem lutas, o entendimento e a solução dos problemas.

- Por último, como a mais violenta, a acusação fácil de subversão ou de marxismo quando o trabalho considera as divisões de classe. Acusação esta que se ouve também a partir de setores de dentro da igreja.

Podemos reduzir a duas as dificuldades apresentadas contra uma política pastoral que escolhe os pobres: o universalismo da salvação e o mandamento do amor. se o evangelho não faz exceções e se pretende apresentar um caminho de salvação válido para todos os homens, deve ser igualmente anunciado a todos. A igreja não pode introduzir distinções, privilegiar alguns e excluir outros. Os ricos, também, têm direito a ouvir a boa nova do evangelho e a igreja deve trabalhar com eles. Esta é a objeção mais presente e que parece dificultar tremendamente uma pastoral que privilegie determinadas categorias. A outra dificuldade deriva diretamente do mandamento evangélico “amai-vos uns aos outros”, com sua exigência radical de amar até os inimigos. Parece que tudo isso deva levar a um trabalho de paz, diálogo e reconciliação, evitando revelar ou aprofundar divisões, como no caso de uma pastoral que optasse para a defesa dos interesses dos pobres.

São essas as objeções que pretendemos esclarecer. Seria evidentemente necessária uma conceituação mais rigorosa dos termos “pobres” e “ricos”, situando-os a partir de uma definição de classe. Contudo para o nosso trabalho, achamos suficiente a interpretação comum dos termos, com a advertência de não fazer uma simples transferência da linguagem sociológica. Em segundo lugar, sendo que se apela para a Bíblia, pretendemos simplesmente contestar tais objeções recorrendo à mesma Sagrada Escritura. Somos conscientes do risco de uma utilização ideológica. Mas, achamos correto, pois se trata de desmascarar quanto de ideológico existe na interpretação vigente. De outro lado, o uso ideológico terá que ser superado, evitando reducionismos indevidos e não pretendendo justificar com a Bíblia todo e qualquer esquema da pastoral atual.

ASPECTO IDEOLÓGICO

Poderíamos multiplicar as objeções e os exemplos. O simples fato da facilidade e da amplitude deste tipo de reação leva-nos a refletir sobre as razões, conscientes ou inconscientes, que podem estar presentes. Sem dúvida, uma explicação está no envolvimento de uma parte da igreja com os setores dominantes da sociedade. É, por isso, necessário reconhecer o aspecto ideológico do problema.

Habitualmente as objeções apresentadas apelam para a Sagrada Escritura. Acontece que não se percebe a conotação fortemente ideológica da interpretação que se dá. Hoje, exatamente por razão desta “prática” com os pobres e, no plano das ciências, pelo levantamento de várias suspeitas, podemos reconhecer a influência de concepções alheias à Sagrada Escritura.

Concepção “individualista”: há dificuldade em pensar em termos estruturais ou de classe, em termos de problemas sociais globais. O mesmo uso da linguagem é revelador disto: utilizam-se mais facilmente as palavras ricos, pobres, humildes, e não opressores-oprimidos, dominantes-dominados, pois se pensa sempre em termos individuais, colocando logo o problema moral da responsabilidade pessoal e da conversão interior. Esquece-se completamente o conceito teológico de “pecado original” que ajudaria não pouco para entender a realidade de uma estrutura de opressão.

Concepção “espiritualista”: no sentido de uma interiorização dualista que esvazia o conteúdo material da pobreza evangélica. Sem dúvida o pobre bíblico é o homem da aliança, aquele que procura tomar-se disponível para o plano de Deus; mas a Bíblia não elimina o conteúdo material da pobreza, o lugar social no mundo, na história e na sociedade, como muitas vezes acontece numa interpretação, simplista e interessada, do conceito “pobres de espírito”.

Ideologia de conciliação: elimina do evangelho e da prática cristã toda espécie de conflito e de divisão. Apela-se para o diálogo, a qualquer preço, como exigência fundamental do mandamento do amor de Deus e do próximo. De consequência, todo conflito é considerado mal e pecado. Em particular, a palavra e a realidade da “luta de classe” são banidos do vocabulário cristão. Em nome de uma pretensa harmonia fraterna apela-se para o interclassismo, deixando de perceber as profundas divisões que existem entre as classes sociais, e suas causas, e - conseqüentemente -

sem poder encaminhar uma ação que de fato supere as divisões.

Em síntese, se é verdade que não podemos encontrar na Bíblia a hodierna problemática de “classe”, encontramos, porém, uma clara tomada de posição quanto ao problema das relações de opressão entre os homens, problema que está na base seja do tema riqueza-pobreza bíblico seja da atual análise de classe da sociedade.

A SAGRADA ESCRITURA

Antes de considerarmos diretamente as duas dificuldades apresentadas, queremos dar uma breve panorâmica bíblica sobre os temas da riqueza (pobreza) e dos conflitos.

A Bíblia fala seguidamente contra os “ricos” e a “riqueza”, sabendo, porém, que “rico” na Bíblia não é simplesmente aquele que tem bens materiais, mas aquele que os acumulou às custas dos outros. Quer dizer, dos “pobres”, e a “riqueza” não é condenada enquanto simples bem-estar, mas enquanto causa e motivo do empobrecimento de muitos.

Eis a seguir, como exemplo, alguns textos tirados do Antigo Testamento. Amós, o profeta agricultor, lança estas invectivas contra a aristocracia e os detentores dos monopólios comerciais:

“Ouvi isto, vós que engulis o pobre e fazei perecer os humildes da terra, dizendo: Quando passará a lua nova, para vendermos o nosso trigo, e o sábado para abriremos os nossos celeiros, diminuindo o efa, aumentando o siclo, e falseando a balança para defraudar? Compraremos os necessitados por dinheiro e os pobres por um par de sandálias” (Amós, 4-6).

“Por isso, porque oprimis o pobre e lhe estorquis tributos em trigo, não habitareis estes palácios de pedra que construístes; não bebereis o vinho destas vinhas de escol que plantastes. Porque eu conheço o número de vossos crimes e a gravidade de vossos pecados, sois opressores do Justo, exatores de dádivas e violadores do direito dos pobres em juízo” (Amós 5, 11-13)

Habacuc, o profeta inquisidor, condena as riquezas sob a forma específica da usura:

“Ai daquele que procura lucros criminosos para sua casa, e quer colocar bem alto o seu ninho, para escapar às mãos da adversidade!” (Habacuc 2, 6-9)

Miquéias, outro profeta agricultor, investe contra os poderosos do reino:

“Ai dos maquinadores de iniquidade, dos que meditam o mal nos seus leitos, e o executam logo ao amanhecer do dia, porque têm o poder na mão! Cobiçam as terras e apoderam-se delas, cobiçam as casas e roubam-nas; fazem violência ao homem e à sua família, ao dono e a sua herança” (Miquéias 2,1-2)

Na mesma linha os profetas **Isaías** e **Jeremias**:

“Ai de vós que juntais casa com casa e que acrescentais campo a campo, até que não haja mais lugar, e que sejais os únicos proprietários do país.” (Isaías 5,8)

“Ai daquele que para si construiu esse palácio por meios desonestos, e seus salões violando a equidade. Ai daquele que faz seu próximo trabalhar sem ser pago e lhe recuse o salário.” (Jeremias 22, 13)

A denúncia é explícita e direta. “Ai de vós!” é dirigido contra aqueles que acumulam riquezas, terras e casas às custas dos pobres. Fatos bem atuais!

O Novo Testamento, contrariamente ao que muitos pensam não elimina esta linguagem violenta do Antigo; ao contrário, e confirmada nos gestos e nas palavras de Jesus. Os ricos, enquanto opressores dos pobres, são igualmente condenados.

“Ai de vós, ricos, porque tendes a vossa consolação! Ai de vós, que estais fartos, porque vireis a ter fome! (Lucas, 6, 24-25)

É interessante notar como a nossa catequese esqueceu facilmente este texto, preferindo insistir sobre as bem-aventuranças de Mateus: *“Bem-aventurados os que têm um coração de pobre, porque deles é o reino dos céus”* (5,2), e incluindo com facilidade na categoria “pobre de espírito” seja os pobres seja os ricos, sem preocupar-se em ter que denunciar a situação de opressor em que os ricos se encontram. Tal esquecimento leva a descobrir a pouca liberdade da igreja e sua ligação com as classes dominantes.

Na parábola do rico Epulão (Lucas, 16, 19-31), a oposição é total entre o homem rico e o mendigo Lázaro. Entre os dois há um grande “abismo” que não pode ser superado. Não há reconciliação possível.

No caso de Zaqueu (Lucas, 19,1-10), “homem muito rico”, a conversão e o ato de fé em Jesus são possíveis unicamente tomando consciência da exploração dos obres e decidindo mudar: *“Senhor, doravante darei a metade dos meus bens aos pobres, e, se tiver defraudado alguém, restituirei o quádruplo”*. Temos que reconhecer quanto é “material” a exigência de uma conversão! No episódio do jovem rico o problema da salvação passa necessariamente pelo problema da riqueza: *“Quão dificilmente entrarão no reino de Deus os ricos”!* (Marcos 10,23)

A Epístola de São Tiago encontra outras razões para condenar os ricos:

“Não são por ventura os ricos os que oprimem os pobres e os arrastam aos tribunais?” (2,6)

“Vós ricos chorai e gemei por causa das desgraças que sobre vós virão (...). Eis que o salário que defraudastes aos trabalhadores que ceifaram os vossos campos, clama, e seus gritos de ceifadores chegaram aos ouvidos do Senhor (...). Condenastes e mataste o Justo, e ele não vos resistiu” (5,1.4.6)

Já vimos algumas palavras explícitas de Jesus sobre a riqueza. De fato, devemos reconhecer que Jesus frequentou os ricos, pregou para eles, exigiu pobreza, não só de coração, mas real. Mas é fundamental, sob pena de esvaziar totalmente o evangelho, reconhecer as diferentes atitudes de Jesus. Em primeiro lugar, Ele se identifica com os pobres e dá como sinal da chegada do reino, como princípio orientador de sua pastoral, “os pobres são evangelizados”. É uma escolha clara e definitiva, que vai marcar toda a atitude sucessiva. **Esta identificação com os pobres não significa - já vimos - uma valorização da pobreza, mas a recusa de uma sociedade dividida em classes, onde alguns oprimem a maioria, onde não se respeita a fundamental igualdade entre os homens.** Em segundo lugar, Jesus que é o reconciliador por excelência, centra toda sua pregação em dividir radicalmente pobres e ricos: os primeiros são felizes, os segundos são amaldiçoados; os pobres são salvos, os ricos dificilmente entrarão no reino, ou melhor, enquanto ricos não terão acesso à salvação. E se por “rico” nós entendemos, mais em geral, as classes dominantes de Israel, os “anciãos do povo”, o alto clero, os escribas, os fariseus etc., podemos facilmente reconhecer como Jesus explicitamente se opõe a eles, numa oposição irreconciliável. Está em contato com eles, mas para denunciar: *“Ai de vós, escribas e fariseus!”*; ensina em parábolas, para que não entendam; são adversários e foge deles... Tanto assim que estas classes reagiram, organizaram-se e mataram-no. Em síntese, se é verdade que Jesus vem para todos, que encontra ricos e pobres, é também verdade que atua diretamente, segue - por assim dizer - duas pastorais. Aos pobres estende as mãos para levantar e ajudar; diante dos ricos aponta o dedo para denunciar.

Com estes últimos exemplos fica introduzido o tema dos **conflitos**. Jesus que veio realizar a paz no mundo, tem como missão histórica revelar o conflito:

“Não julgueis que vim trazer a paz sobre a terra. Vim trazer não a paz, mas a espada. Eu vim trazer a divisão entre o filho e o pai, entre o filho e a mãe, entre a nora e a sogra, e os inimigos do homem serão pessoas de sua própria casa.”

Este texto é facilmente esvaziado de seu conteúdo “violento” por uma repulsa quase instintiva a tudo aquilo que implica luta, associando o evangelho com um caminho fácil de diálogo, compreensão e amor. Mas Jesus não recusou assumir atitudes violentas, procurando, ao contrário, em lugar de resolver imediatamente certas divisões, resolvê-las e aprofundá-las. Envia os discípulos “*como cordeiros entre lobos*” (Lucas 10,3), prevê a perseguição:

“Vos lançarão as mãos e vos perseguirão, entrevando-vos às sinagogas e aos cárceres, levando-vos à presença dos reis e dos governadores, por causa de mim.” (Lucas, 21,12)

Expulsa do templo os negociantes derrubando-lhes as mesas (Marcos 11,15-17) e, sobretudo, ataca diretamente os fariseus:

“Ai de vós fariseus que (...) desprezais a justiça e o amor de Deus (...) gostais das primeiras cadeiras (...) devorais as casas das viúvas (...).” (Mateus 23,13 ss.)

Com suas escolhas e sua pregação subverte a ordem estabelecida: os pequenos e os pobres são preferidos aos poderosos da época. Evidentemente, estes últimos não aceitam tal preferência e reagem violentamente: “*pegam em pedras para lhe atirar*”, “*procuram então prendê-lo*”, “*e desde aquele momento resolveram tirar-lhe a vida*”. A vida de Jesus não foi uma vida de tranquilidade e harmonia.

Neste contexto deve ser interpretado o mandamento do amor. É apresentado no Evangelho como sendo “o caminho” da salvação, e com a novidade de um radicalismo total: “*Eu, porém, vos digo: Amai vossos inimigos, fazei bem aos que vos odeiam, orai pelos que vos perseguem e vos maltratam*” (Mateus 5,44). Afirmar a necessidade de amar os inimigos já significa reconhecer a existência deles e a possibilidade de não odiá-los. O problema está em saber como terá que se concretizar este “amor”. Pelo visto anteriormente, será necessário antes de tudo **respeitar as exigências da justiça. eliminar as causas das desigualdades e da opressão**. Amar os ricos, no caso, deve implicar a revelação e a superação das situações que impedem a verdadeira reconciliação, até chegar - se for necessário - a uma atitude violenta. Na medida em que as relações, por exemplo, “empregador - empregado”, constituem relações de dominação, os empregadores são, objetivamente, para os trabalhadores “inimigos de classe”. Não se trata de ter um ódio pessoal, mas de aceitar uma luta para quebrar tais relações de dominação.

Como a igreja viveu o ensinamento e o exemplo de Jesus nas primeiras comunidades? É a **Eucaristia** que constitui a igreja como sinal da comunhão perfeita entre os homens e da presença de Deus na Comunidade. Ora a Eucaristia tem sua pré-figuração no episódio da multiplicação dos pães: todos foram saciados. E a reconciliação entre pobres e ricos exigida pela Eucaristia é feita - nas primeiras comunidades - ao redor dos bens materiais: “*Todos os fiéis viviam unidos e tinham tudo em comum. Vendiam as suas propriedades e os seus bens, e dividiam-nos por todos, segundo a necessidade de cada um*” (Atos 2, 44-45) Quando os bispos do Sul afirmam a necessidade de “integrar os marginalizados e os grupos de influência em comunidades cristãs”, resta saber o mais importante: ao redor de que será feita esta integração? Na medida em que mascarar os conflitos, abraçando ricos e pobres em nome da caridade cristã, contribuirá para manter uma situação de injustiça e, de consequência, impedirá uma verdadeira comunhão. Esta será possível só colocando a realidade da desigualdade na renda, nas condições materiais, na participação nas decisões nos vários níveis, etc.; numa palavra, revelando a divisão, a luta que existe entre marginalizados e grupos de influência. A Eucaristia deve manifestar com clareza tudo isso, para poder suscitar uma conversão concreta: sem esquecer que é, contemporaneamente, anúncio e comemoração da plena comunhão final.

CONCLUSÕES

Resta recapitular o que foi dito ao redor das duas objeções centrais apontadas.

O problema da salvação universal. O universalismo da salvação é claro pelos dados da Escritura. Todos são convidados. “Há porém os filhos da luz - afirmam os bispos - que recebem a mensagem da salvação e há os filhos das trevas que se recusam a recebê-la”. Contudo, parece-nos que tal resposta não esclarece bem o nosso problema. É perigoso enveredar pelo caminho do reconhecimento dos que se salvam ou não. Pode levar a um julgamento que foge às nossas possibilidades. A objeção como tal da salvação universal está mal colocada.

Não se trata disto, mas do caminho concreto. histórico, em que se manifesta para mim o evangelho e as condições para entrar no Reino.

Neste sentido é forçoso reconhecer que existe uma escolha, um caminho “particular”, uma preferência para os pobres. São eles que têm as chaves do reino de Deus (cf. Lucas 16,9), e, por isso, todos são obrigados a confrontar-se com eles. **Há condenação clara do caminho da apropriação da riqueza enquanto causa da existência da pobreza.** Uma vez que existem ricos e pobres, como uma realidade não fatalista, mas histórica, fruto da iniciativa dos homens, uma vez que existem opressores e oprimidos, a igreja é chamada a optar, a definir-se. Talvez, em lugar de falar em “opção pelos pobres” seja mais compreensível falar de “**defesa dos direitos dos fracos**”. Quando se fala de **direitos humanos**, é mais que evidente a divisão que a nossa sociedade opera, é fácil reconhecer a diferença entre ricos e pobres. Se a sociedade reserva aos homens um duplo tratamento, deve existir também uma dupla pastoral, exigências diferentes de conversão, segundo o lugar que os homens ocupam. Dizer que todos são pessoas, que todos devem converter-se a Deus, que a todos é oferecida a salvação, sem considerar o lugar concreto ocupado, as relações de dominação existentes entre os homens, significa abstrair do mundo e da história, fazer uma pastoral abstrata que não atinge as pessoas não revela o problema fundamental da opressão e, em consequência, torna impossível a conversão. Temos dito que a solidariedade com os pobres é um caminho particular. De fato não é verdade. **É o único caminho possível e, por isso, universal.** Não significa exclusão dos ricos, mas apontar para eles a exigência dos pobres, que é a exigência de Deus: a abolição de uma estrutura social de opressão e espoliação. Os ricos podem salvar-se só desaparecendo enquanto opressores.

O problema da reconciliação. O caminho do amor e da paz não pode ser reduzido a uma reconciliação superficial. Temos visto como o evangelho, que apresenta o caminho único do amor para com o próximo, não exclui a luta e as oposições, ao contrário, às vezes parece provocá-las. O encontro com os pobres revela as profundas divisões que existem na nossa sociedade, o papel opressor da riqueza. Manifestam-se relações sócio-econômico-políticas de dominação que não permitem a aplicação de um modelo de reconciliação válido para as relações pessoais. A luta e a opressão presentes na sociedade não podem ser mascaradas, sob pena de tornar impossível a conversão. A doutrina espiritual mais tradicional sempre insistiu sobre a necessidade de individuar e revelar o pecado e o demônio. Deve ser agora aplicada à **análise das relações sociais**, evitando o perigo de impedir o reconhecimento das divisões presentes na sociedade, motivados pela doutrina do diálogo e da comunhão cristã universal. Tais divisões devem ser reveladas e enfrentadas com a eventual violência que podem implicar. Isso não significa alimentar o ódio do inimigo ou ir contra a paz, ao contrário, pode representar o verdadeiro caminho do amor. **É necessário redescobrir as dimensões sociais e políticas da teologia do amor; reconhecer que o amor é revolucionário e deve assumir os conflitos.** Sem uma certa luta, um determinado esforço, nunca se alcançará superar a sociedade dividida em classes. Negar a luta de classe pode significar o oposto do que pretende a reconciliação cristã, porque seria ratificar uma situação de divisões.

Para concluirmos, sem dúvida, diante das dificuldades que podem levantar o particularismo e a violência de uma pastoral que defende os pobres, mais que estas considerações teóricas, é fundamental considerar a **prática da igreja**. Descobriremos a fecundidade, seja para uma renovação interna seja para um verdadeiro serviço à sociedade, desta pastoral que faz emergir com nitidez o verdadeiro núcleo evangélico. E as dúvidas desaparecerão.